

MOÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS ÁREAS BAD EM PORTUGAL

A formação profissional de técnicos superiores e intermédios nas áreas BAD tem sido uma preocupação constante dos profissionais de informação portugueses ao longo de toda a existência da BAD e permanentemente referenciada nos diversos Congressos.

Desde 1998 que se assiste, com crescente preocupação, a um aumento desmesurado da formação de profissionais de biblioteca, documentação e arquivo de nível superior, e à insuficiência da oferta de formação de profissionais de nível intermédio.

Vivemos, hoje, uma situação paradoxal. Neste preciso momento são formados, anualmente, mais do dobro de profissionais de informação de nível superior (*técnicos superiores*) do que de nível intermédio (*técnicos profissionais*), o que contraria as necessidades do mercado de trabalho. De facto, em 2003, na administração pública central e local, que continua a ser o principal empregador do sector, o número de concursos para técnicos superiores foi cerca de 1/3 do número de concursos para técnicos profissionais.

Considerando que relativamente à formação de profissionais de nível superior:

- Se multiplicaram, nos últimos anos, os cursos de especialização pós-graduada na área BAD, passando de 4 cursos em 1997 para 16 cursos em 2003/2004, sendo formados, anualmente, aproximadamente 500 profissionais de informação (*técnicos superiores nas carreiras BAD da administração pública*);
- Após um período de crescimento continuado, a partir de 2002, a oferta de emprego ao nível de técnico superior, quer no sector público quer no sector privado, tem decrescido;
- A qualidade da maior parte dos cursos de pós-graduação actualmente em funcionamento é reduzida, repetindo, com maiores ou menores retoques «cosméticos», o ultrapassado modelo dos cursos de especialização criados na década de 80, modelo esse que tem sido constantemente posto em causa pelos profissionais. Ao contrário do que seria normal e do que se passa na generalidade dos cursos do ensino superior, a percentagem de pessoal docente de carreira, exclusivamente dedicado ao ensino e investigação, nos cursos de formação superior, é inferior a 20%, sendo os restantes 80% constituídos por profissionais de informação no activo, que acumulam a sua actividade profissional com actividade docente;

Considerando ainda que, relativamente à formação de profissionais de nível intermédio:

- As Escolas Profissionais não formam técnicos profissionais de arquivo e apenas um reduzido número de técnicos profissionais de biblioteca e documentação (menos de uma centena por ano);

- A qualidade da formação ministrada nas Escolas Profissionais é muito variada, dado que a par de escolas que possuem os recursos necessários a uma formação adequada, existem outras cujo corpo de formadores é claramente insuficiente para garantir a formação de profissionais de informação para o século XXI;
- O Ministério da Educação, na recente reforma do ensino secundário, não procedeu à implementação de uma proposta inovadora de curso tecnológico de documentação excluindo, desta forma, a possibilidade de uma formação inicial da responsabilidade do Estado;
- O Despacho 5122/2002, ao abrigo do qual a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas já realizou 15 cursos de técnicos profissionais de biblioteca e documentação (mais de 300 pessoas formadas) e 7 cursos de técnicos profissionais de arquivo (cerca de 140 pessoas formadas), apenas permite que a BAD garanta a formação inicial dos técnicos profissionais até Março de 2007;
- O currículo definido no Despacho nº 273/2002, publicado no Diário da República de 11 de Abril de 2002 que cria o Curso de Especialização Tecnológico de Documentação e Informação não corresponde minimamente às necessidades de uma formação actualizada e especializada.

Os profissionais de informação portugueses, reunidos no 8º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas,

- Exigem que não sejam criados e aprovados novos cursos de formação de nível superior, a menos que esteja garantida a existência de corpo docente constituído por mais de 50% de professores de carreira docente, com formação na área da informação e documentação e em dedicação exclusiva;
- Recomendam ao Governo que, até 2007, seja implementado, em algumas escolas do ensino secundário de várias regiões do país, cursos de formação nas áreas da informação e documentação, dotados de corpo docente adequado, com formação na área da informação e documentação;
- Recomendam ao Governo a revogação do Despacho nº 273/2002, de 11 de Abril de 2002, e exigem que na sua reformulação seja ouvida a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, de forma que a sua rica experiência e capital humano possam contribuir para uma definição actualizada da oferta de formação e desta forma corresponder às expectativas dos profissionais.
- Recomendam à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas que desenvolva instrumentos de avaliação da qualidade e acreditação dos cursos de formação, de nível superior e intermédio, e implemente uma estratégia que conduza ao reconhecimento da sua acreditação da formação, para efeitos de acesso à profissão;
- Exigem a revisão do Decreto-Lei 247/91, que define as carreiras dos profissionais de biblioteca, arquivo e documentação, no sentido da sua revalorização - permitindo que os Cursos de Especialização em Ciências Documentais, para efeitos de progressão na Carreira na Administração Pública, sejam equiparados aos Mestrados - e redefinindo as condições necessárias para o ingresso nas carreiras;

(Moção aprovada no 8º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas com 1 voto contra e 8 abstenções)